

PARECER Nº 18/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

Assunto: Oferta Permanente - Diretrizes Ambientais - Bacia Potiguar Terra - Blocos do Ceará

1 OBJETIVO

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, e a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2025, visando a inclusão de 8 (oito) blocos exploratórios na Oferta Permanente de Áreas, localizados na **Bacia Potiguar Terra**, no estado do Ceará.

A análise desta Coordenadoria atende ao disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017 e na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022. Também serão consideradas as eventuais restrições a serem observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, bem como aquelas decorrentes da aplicação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP, aprovada pela Resolução de Diretoria nº 436/2024, de 27/06/2024.

2 REFERÊNCIAS

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017;
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021;
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022;
- [4] Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 - (SEI 4001491);
- [5] Ofício nº 10/2024/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ - (SEI 4320897);
- [6] Ofício nº 31532/2024/GS/DICOP-GECON-SALA DOS TÉCNICOS - (4320913);
- [7] Parecer Técnico - DICOP/GECON - (SEI 4320928);
- [8] Ofício nº 91/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ - (SEI 4327641);
- [9] Ofício nº 122/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ - (SEI 4439460);
- [10] Ofício Circular Nº 435/2025/MMA - (SEI 5313614);
- [11] Parecer Técnico nº 244/2025-MMA - (SEI 5313611);
- [12] Portaria GM/MMA Nº 806/2023;
- [13] Ofício nº 208/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ - (SEI 5306306);
- [14] Parecer Nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ - (SEI 5306945);
- [15] Ofício nº 156/2025/SNPGB-MME - (SEI 5465741);
- [16] Manifestação Conjunta Nº 001/2025 MME/MMA - Potiguar Terra - (SEI 5465766);
- [17] Ofício nº 248/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ - (SEI 5519844);
- [18] Ofício nº 169/2025/SAG/ANP-RJ - (SEI 5534079);
- [19] Nota Técnica nº 23/2024/SAG/ANP-RJ - (SEI 4433491).

3 INTRODUÇÃO

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autoriza a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.
2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 [1] dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.
3. No caso de áreas para as quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas são disciplinados pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].
4. A Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [4], aprovada pela Diretoria Colegiada da ANP em 27/06/2024, propõe a adoção de critérios socioambientais adicionais para a definição dos polígonos do blocos a serem colocados em oferta.
5. No caso dos oito blocos, localizados na porção terrestre da Bacia Potiguar, no sul do Estado do Ceará, a ANP solicitou informações à Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Estado do Ceará (SEMACE), por meio do Ofício nº 10/2024/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [5], ocasião em que apresentou os 26 (vinte e seis) blocos não arrematados no Ciclo 4 da Oferta Permanente de Concessões (OPC) em estudo, representados na **Tabela 1** e na **Figura 1**.

Tabela 1 - Blocos em estudo na Bacia Potiguar Terra - Ceará.

26 Blocos em estudo na Bacia Potiguar Terra - Ceará	
Setor	Blocos
SPOT-T1B (14 blocos)	POT-T-140, POT-T-141, POT-T-149, POT-T-150, POT-T-158, POT-T-159, POT-T-160, POT-T-169, POT-T-170, POT-T-180, POT-T-181, POT-T-191, POT-T-205, POT-T-206
SPOT-T2 (1 bloco)	POT-T-198
SPOT-T4 (11 blocos)	POT-T-553, POT-T-554, POT-T-598, POT-T-599, POT-T-642, POT-T-643, POT-T-688, POT-T-689, POT-T-734, POT-T-781, POT-T-828

Bacia Potiguar (CE) Blocos Exploratórios Não Arrematados

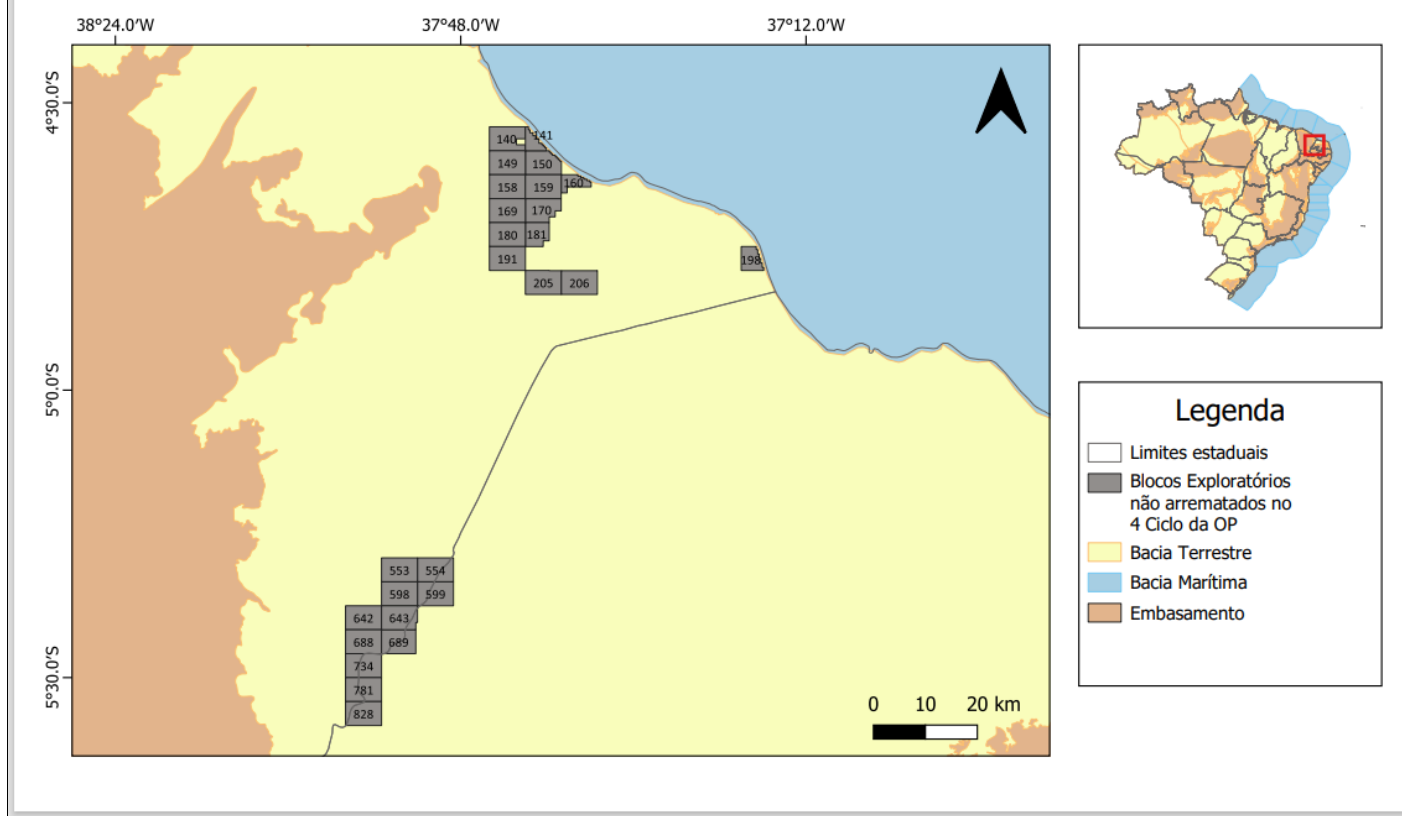


Figura 1 – Mapa de localização dos 26 blocos em estudo na Bacia Potiguar Terra - Ceará.

6. A SEMACE encaminhou resposta por meio do Ofício nº 31532/2024/GS/DICOP-GECON-SALA DOS TÉCNICOS [6] e Parecer Técnico - DICOP/GECON [7], datado de 4 de setembro de 2024, documentos presentes no Processo SEMACE nº NUP 57022.001045/2024-46.

7. A ANP enviou toda a documentação ao MME e ao MMA por meio do Ofício nº 91/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e [8] e Ofício nº 122/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e [9].

8. Em 23/04/2025, por meio do Ofício Circular Nº 435/2025/MMA [10], o MMA encaminhou o Parecer Técnico nº 244/2025-MMA [11], contendo a manifestação técnica da pasta, elaborada pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), criado a partir da Portaria GM/MMA Nº 806/2023 [12], para subsidiar a elaboração de Manifestação Conjunta a ser firmada pelo MMA e MME.

9. Complementarmente, a CMA/STM por meio do Ofício nº 208/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [13], encaminhou à SAG o Parecer Nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [14], onde o conjunto dos 26 blocos foi analisado à luz dos critérios definidos na Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 [4], e das recomendações do Parecer GTPEG 244 [10], solicitando:

i) a execução dos recortes e exclusões indicados no Parecer nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP [14]; e

ii) a elaboração de um novo *shapefile*, contendo o polígono dos blocos após a realização das exclusões, recortes e eventuais fusões.

10. Em 31/10/2025, o MME, por meio do Ofício nº 156/2025/SNPGB-MME [15], encaminhou a Manifestação Conjunta Nº 001/2025 MME/MMA - BACIA POTIGUAR (TERRA) [16], onde registra que "*após análises e adequações, 9 (nove) blocos exploratórios da Bacia Potiguar, localizados no Estado do Ceará, estão em condições de serem ofertados,*", e em seguida, na Figura 9, da MC apresenta os blocos POT-T-180, POT-T-181, POT-T-191, POT-T-205 e POT-T-206 do Setor SPOT-T1B e blocos POT-T-553,

POT-T-598, POT-T-642 e POT-T-688 do Setor SPOT-T4, com os recortes indicados anteriormente no Parecer 244 [10] do GTPEG.

11. Em 30/11/2025, a STM, por meio do Ofício nº 248/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [17], solicitou à SAG desconsiderar o Ofício 208/2025 [13], uma vez que na Figura 9 da MC 01/2025 [16] já constavam os nove blocos considerados aptos para oferta. Além disso, a MC 01/2025 [16] já contemplava os recortes recomendados no Parecer nº 244/2025-MMA [10] e no Parecer nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [14].

12. Em 01/12/2025, a SAG, por meio do Ofício Nº 169/2025/SAG/ANP-RJ [18], encaminhou os shapefiles dos blocos da Bacia Potiguar em conformidade com a Figura 9 da MC 01/2025 [16], onde a área remanescente do bloco POT-T-181 foi incorporada ao bloco POT-T-180.

4 ANÁLISE DAS ÁREAS A SEREM OFERTADAS

4.1 - Características gerais da Bacia do Potiguar Terra

13. A Bacia Potiguar está localizada no extremo leste da Margem Equatorial Brasileira, estando sua maior parte no Estado do Rio Grande do Norte, e uma pequena parte no Estado do Ceará. Sua área é de 222.144 km², dos quais cerca de 195.425 km², ou 87%, correspondem à porção submersa, até o limite das águas territoriais brasileiras. Seu limite geológico a oeste é o Alto de Fortaleza, que a separa da Bacia do Ceará. O Alto de Touros marca seu limite geológico a leste, separando-a da Bacia de Pernambuco-Paraíba. Ao Sul, a bacia se assenta sobre o embasamento pré-cambriano da Província Borborema. A espessura sedimentar pode atingir até 6.000 metros.

14. A Bacia Potiguar é uma tradicional produtora de petróleo, tanto em sua porção terrestre quanto marítima, sendo predominantemente geradora de óleos com graus API variando entre 33° e 43°. A porção terrestre é classificada como bacia madura, com estágio avançado de exploração e produção, sistemas petrolíferos bem conhecidos e alvos exploratórios vinculados principalmente à descoberta de pequenos campos de óleo e gás.

15. A exploração de hidrocarbonetos na Bacia Potiguar teve início em 1949, com um significativo aumento das atividades na década de 1970, no contexto da primeira crise do petróleo. Novos levantamentos sísmicos, tanto marinhos quanto terrestres, culminaram na descoberta dos campos de Ubarana (1973) e Agulha (1975) na plataforma continental, além do Campo de Mossoró (1979) na porção terrestre.

16. O período entre 1980 e 1990 corresponde à fase de maior investimento exploratório na bacia. Foram perfurados 675 poços exploratórios, os quais representam aproximadamente 50% do total perfurado na bacia até o momento.

4.2 - Fluxo de definição das diretrizes ambientais

17. A ANP pretendia, originalmente, incluir no processo de Oferta Permanente os blocos os 26 blocos que tiveram a sua Manifestação Conjunta expirada em 31/12/2023, localizados na Bacia Potiguar Terra, no Estado do Ceará, conforme indicado na Figura 1. Como etapa inicial do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.

18. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu inciso II do art. 2º, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar terrestre, faz-se necessário solicitar parecer ao órgão de meio ambiente estadual com competência para o licenciamento ambiental na área de petróleo e gás natural e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

19. Nesta caso específico, a SEMACE elaborou o Parecer Técnico - DICOP/GECON [6], contendo análise ambiental prévia, complementado posteriormente pelo Parecer Técnico nº

244/2025-MMA [10], realizado pelo GTPEG, composto pelas equipes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e suas vinculadas, para subsidiar a posição do MMA no âmbito da Manifestação Conjunta MMA/MME.

20. Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia os critérios específicos estabelecidos pelo órgão ambiental e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas sensíveis ambientalmente recomendadas pelos órgãos ambientais, caso necessário, e encaminha ao MMA e ao MME a delimitação dos blocos ou áreas a serem ofertados em formato vetorial (*shapefile*), juntamente com os pareceres ambientais e a estimativa do potencial petrolífero da área.

21. O MMA e o MME, por sua vez, devem elaborar a manifestação conjunta, que terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser revista e ratificada por iguais períodos, caso necessário.

22. No caso em análise, a Manifestação Conjunta Nº 01/2025 [16] considerou o estabelecido no art 4º da Portaria Interministerial nº 01/2022 [3], que indica que deverá(ão):

"I - ser **excluídas**, mediante justificativa, as áreas dos blocos que:

- a) apresentem **sobreposição às unidades de conservação**, nos termos da Lei nº 9.985 [20], de 18 de julho de 2000, excetuadas suas zonas de amortecimento e as Áreas de Proteção Ambiental - APA, que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, conforme Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do MMA e do Instituto Chico Mendes; e
- b) apresentem **sobreposição com terras indígenas delimitadas, declaradas, homologadas e regularizadas** por decreto presidencial ou área interdita com restrição de ingresso e trânsito em razão da presença de índios isolados, regido pelo art. 7º do Decreto nº 1.775 [21], de 8 de janeiro de 1996, conforme consta da base de dados georreferenciados disponibilizada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

II - ser **indicada a sobreposição** de blocos com as seguintes áreas:

- a) **APA e zonas de amortecimento das demais unidades de conservação**, quando existentes, que compõem o SNUC, nos termos da Lei nº 9.985 [20], de 2000, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes;
 - b) áreas com **ocorrência de espécies da flora ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponibilizadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção;
 - c) áreas com **ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponíveis no Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, do Instituto Chico Mendes, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção;
 - d) **assentamentos, territórios quilombolas**, de acordo com a base de dados georreferenciados disponibilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
 - e) **áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, nos termos da Lei nº 3.924 [22], de 1961, cujos dados georreferenciados são disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; e
 - f) **áreas com riscos geológicos**, conforme a base de dados georreferenciados disponível no sítio do Serviço Geológico do Brasil - CPRM;
- III - ser indicado o **potencial petrolífero** e eventuais restrições ambientais, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados, na forma do art. 2º, incisos I e II."

23. Conforme já apontado, a partir da aprovação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [4], foram estabelecidos critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. A **Tabela 2** sintetiza as principais alterações propostas pela referida Nota Técnica.

Tabela 2 - Novos Critérios Socioambientais

	Critérios Anteriores	Critérios NT 08/2024
Terras Indígenas e Quilombolas	Delimitação de blocos considera a exclusão de áreas indígenas demarcadas	Exclusão de áreas indígenas e quilombolas + buffer de 10 Km na região da Amazônia Legal e de 8 Km em outras regiões
Unidades de Conservação	UCs recortadas no processo de delimitação dos blocos + recortes complementares a partir das recomendações dos OEMAs	Recorte das Zonas de Amortecimento (ZA) estabelecidas no Plano de Manejo de cada UC. Para as UCs que não tenham ZA definidas em seu Plano de Manejo, ou que não tenham Plano de Manejo, buffer de 10 km se na Amazônia Legal, ou 8 km fora dela
Áreas densamente povoadas	NA	Núcleos Urbanos com mais de 400 habitantes por km ² Recorte de áreas com extensão superior a 5 Km ²
Áreas de mineração de sal gema	NA	Exclusão de áreas sobrepostas à extração de sal-gema na fase de “Concessão de Lavra”

24. Assim, paralelamente à elaboração da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2025 [16], a ANP procedeu à aplicação desses critérios adicionais.

4.3 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos ambientais

25. Na Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2025 [16], foram apresentados os aspectos ambientais específicos apontados pelos órgãos ambientais consultados, conforme transcrito na sequência.

SEMACE - CE

26. No contexto do Parecer Técnico - DICOP/GECON [6], a SEMACE informou que, durante a análise dos setores SPOT-T1B, SPOT-T2 e SPOT-T4, os blocos em estudo apresentados pela ANP não se encontram sobrepostos às Unidades de Conservação Federais ou Estaduais.

27. No que diz respeito à existência de Áreas de Preservação Permanente (APPs), A Secretaria esclareceu que essas análises espaciais mais detalhadas são realizadas pontualmente, com o intuito de validar ou complementar as informações contidas em estudos ambientais apresentados pelos empreendedores no âmbito do processos de licenciamento ambiental.

28. Em relação à situação dos blocos frente à hidrografia, o órgão ambiental constatou a presença de recursos hídricos superficiais significativos na região dos blocos nos municípios de Icapuí e Aracati. Dessa forma, indica a importância de que as respectivas APPs desses recursos sejam respeitadas durante as atividades, conforme disposto no art. 4º da Lei 12.651/2012 (Código Florestal).

29. Para os blocos situados na Chapada do Apodi, o órgão ambiental estadual sinaliza atenção para os potenciais impactos das futuras atividades sobre os recursos hídricos subterrâneos, sendo necessária a identificação de nascentes e olhos d'água, com a devida preservação de suas faixas de proteção. Destaca, ainda, a necessidade de observância do relevo da região para a definição de APPs, uma vez que os blocos se localizam próximos à borda da Chapada.

GTPEG

30. Com relação ao Parecer Técnico do GTPEG Nº 244/2025-MMA [10], algumas questões relevantes são apresentadas.

31. Não foram avaliados os blocos POT-T-544, POT-T-599, POT-T-643, POT-T-689, POT-T-734, POT-T-781, e POT-T-828 por estarem na divisa entre o Ceará e Rio Grande do Norte, de forma que o Parecer [10] apresenta a análise ambiental de 19 blocos exploratórios de petróleo e gás natural, já considerando as solicitações prévias de adequação e recortes encaminhadas, localizados na porção terrestre da Bacia Potiguar, no Estado do Ceará, propostos para inclusão na Oferta Permanente, abrangendo os setores SPOT-T1B, SPOT-T2 e SPOT-T4.

32. O GTPEG inicialmente justifica que a metodologia adotada em seu parecer identifica, além das incompatibilidades legais, a presença de fatores de sensibilidade ambiental. No que se refere a esses fatores, o Parecer [10] indica que, dos 19 blocos avaliados, 15 se sobrepõem a três Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade, classificadas com alta importância biológica e prioridade de ação extremamente alta, cuja principal recomendação é a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Além disso, ressalta que alguns blocos se sobrepõem a áreas relevantes para a pesca e a corpos hídricos de importância para comunidades locais.

33. O GTPEG apresentou as seguintes recomendações para as áreas analisadas:

"a) Não há a necessidade de adequações para os blocos POT-T-191, POT-T-205, POT-T-553 e POT-T-642;

b) Sejam feitas adequações nas áreas dos blocos POT-T-180, POT-T-181, POT-T-206, POT-T-598 e POT-T-688 antes da assinatura da Manifestação Conjunta MME/MMA;

c) Sejam excluídos do objeto da Manifestação MME/MMA os blocos POT-T-140, POT-T-141, POT-T-149, POT-T-150, POT-T-158, POT-T-159, POT-T-160, POT-T-169, POT-T-170, POT-T-198"

4.4 - Análise de sobreposição

34. Com vistas a atender ao disposto no art. 4º, incisos I e II, da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2025 [16] observou os parâmetros de análise de sobreposição definidos na Portaria, acrescidos das análises iniciais efetuadas pelos OEMAs e demais órgãos ambientais. Todos os itens indicados na sequência referem-se ao documento Manifestação Conjunta.

35. No item **Sobreposição com Unidade de Conservação**, consta que:

"Em relação aos 26 blocos exploratórios inicialmente em estudo na Bacia Potiguar, não foram identificadas sobreposições com Unidades de Conservação Federais, Estaduais ou Municipais, conforme ilustrado na Figura 2.

Registra-se proximidade do bloco POT-T-140 (cerca de 4 km) com a APA de Canoa Quebrada, bem como sua localização nas imediações da RPPN Ilha Encantada, para a qual foi delimitada uma área de exclusão no centro do bloco, a fim de evitar interferências. É relevante observar que o tamanho e o formato do bloco permanecem os mesmos anteriormente validados pela Manifestação Conjunta de 31/12/2018.

Em manifestação técnica [15], o GTPEG ressalta que essa proximidade constitui um fator de risco que deve ser adequadamente considerado no processo de licenciamento ambiental."

36. No item **Sobreposição com Terras Indígenas**, consta que:

"No que se refere a esse critério, não foram encontradas sobreposições entre os blocos propostos e Terras Indígenas, conforme evidenciado na Figura 3 e corroborado pelo Parecer Técnico GTPEG/MMA [15]."

37. No item **Sobreposição com espécies de flora ameaçadas**, consta que:

"De acordo com a análise realizada, não foram identificadas sobreposições nem proximidade dos blocos com ocorrências de flora ameaçada de extinção durante a análise, conforme evidenciado na Figura 4 e corroborado pelo Parecer Técnico do

38. No item **Sobreposição com espécies de fauna ameaçadas**, consta que:
- "Na análise realizada, que considerou as espécies classificadas como Criticamente em Perigo (CR) e Em Perigo (EN), não foram identificadas sobreposições com áreas de ocorrência de fauna ameaçada de extinção. Observou-se, no entanto, a proximidade dos blocos POT-T-140, POT-T-141, POT-T-150, POT-T-160 e POT-T-198 com a área de ocorrência do peixe-boi-marinho (Trichechus manatus), conforme representado na Figura 5."*
39. No item **Sobreposição com assentamentos rurais e territórios quilombolas**, consta que:
- "Na Figura 6, é possível visualizar a interferência de projetos de assentamentos rurais nas áreas de interesse e suas proximidades, bem como a sobreposição com o território quilombola Córrego de Ubaranas. A comunidade quilombola está sobreposta aos blocos POT-T-149, POT-T-150, POT-T-158 e POT-T-159, sobreposição confirmada na análise apresentada pelo Parecer GTPEG/MMA [15]."*
40. No item **Sobreposição com áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, consta que:
- "A Figura 7 mostra a concentração de sítios arqueológicos na região dos blocos em estudo, onde é possível observar sua ocorrência nos blocos POT-T-140, POT-T-141, POT-T-149, POT-T-150, POT-T-180 e POT-T-553, além da proximidade de ocorrências com os blocos POT-T-160 e POT-T-198."*
41. No item **Sobreposição com áreas de riscos geológicos**, consta que:
- "A Figura 8 abaixo, elaborada diretamente no Mapa On-Line para Prevenção de Desastres do Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM, representa as áreas com potenciais riscos geológicos e presença de geossítios nas proximidades dos blocos em estudo. Os blocos POT-T-191, POT-T-205 e POT-T-206 estão inseridos em área de inundação e de baixa suscetibilidade à corrida de massa. Ainda estão suscetíveis à corrida de massa parte dos blocos POT-T-180 e POT-T-181."*
- Não foram identificadas ocorrências de geossítios nos blocos em estudo."*

4.5 - Potencial Petrolífero

42. As informações sobre potencial petrolífero dos 26 blocos terrestres dos Setores SPOT-T1B, SPOT-T2 e SPOT-T4 foram encaminhadas pela ANP ao MME pelo Ofício nº 122/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e [8], e constam na Nota Técnica nº 23/2024/SAG/ANP-RJ [19].

4.6 - Novos Critérios Socioambientais

43. Atendendo ao disposto na Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 [12], de posse das recomendações do Parecer Técnico - DICOP/GECON [6], e do Parecer Técnico nº 244/2025-MMA [10] do GTPGE, a STM elaborou o Parecer Nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [14], quando identificou as interferências existentes no mapa apresentado na **Figura 2**, e por meio do Ofício nº 208/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [13], a CMA/STM solicitou à Superintendência de Avaliação Econômica e Geológica a adequação dos polígonos dos blocos.

Bacia Potiguar Ceará - Novos Critérios Sociambientais e Recomendações GTPEG

Legenda:

- Embasamento
- Bacia Terrestre
- Limites Estaduais
- Setores
- Bacia Marítima
- Batimetria
- Blocos Exploratórios
- Terras Indígenas
- Territórios Quilombolas
- Unidade de Conservação
- UC Pontos
- Alerta de RPPN
- Zona de Amortecimento
- Áreas Prioritárias Conservação
- Núcleos Urbanos
- Salgema

0 10 20 30 km

Figura 2 – Interferências totais na Bacia Potiguar Terra - Ceará

44. Como na Figura 9 da MC 01/2025 [16] já constavam os nove blocos considerados aptos para oferta pela MC 01/2025 [16], já contemplando os recortes recomendados no Parecer nº 244/2025-MMA [10] e no Parecer nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [14], a SAG por solicitação da STM contida no Ofício 248 [17], reconfigurou os polígonos dos blocos em conformidade com a Figura 9 da MC [16], onde a área remanescente do bloco POT-T-181 foi incorporada ao bloco POT-T-180.

45. Finalmente os 8 (oito) blocos considerados aptos a serem ofertados pela ANP, em sua nova configuração, estão representados na **Tabela 3** e na **Figura 3**.

Tabela 3 - Blocos aptos para serem ofertados na Bacia Potiguar Terra - Ceará

8 (oito) Blocos considerados aptos na Bacia Potiguar Terra - Ceará	
Setor	Blocos
SPOT-T1B (4 blocos)	POT-T-180, POT-T-191, POT-T-205, POT-T-206
SPOT-T4 (4 blocos)	POT-T-553, POT-T-598, POT-T-642, POT-T-688

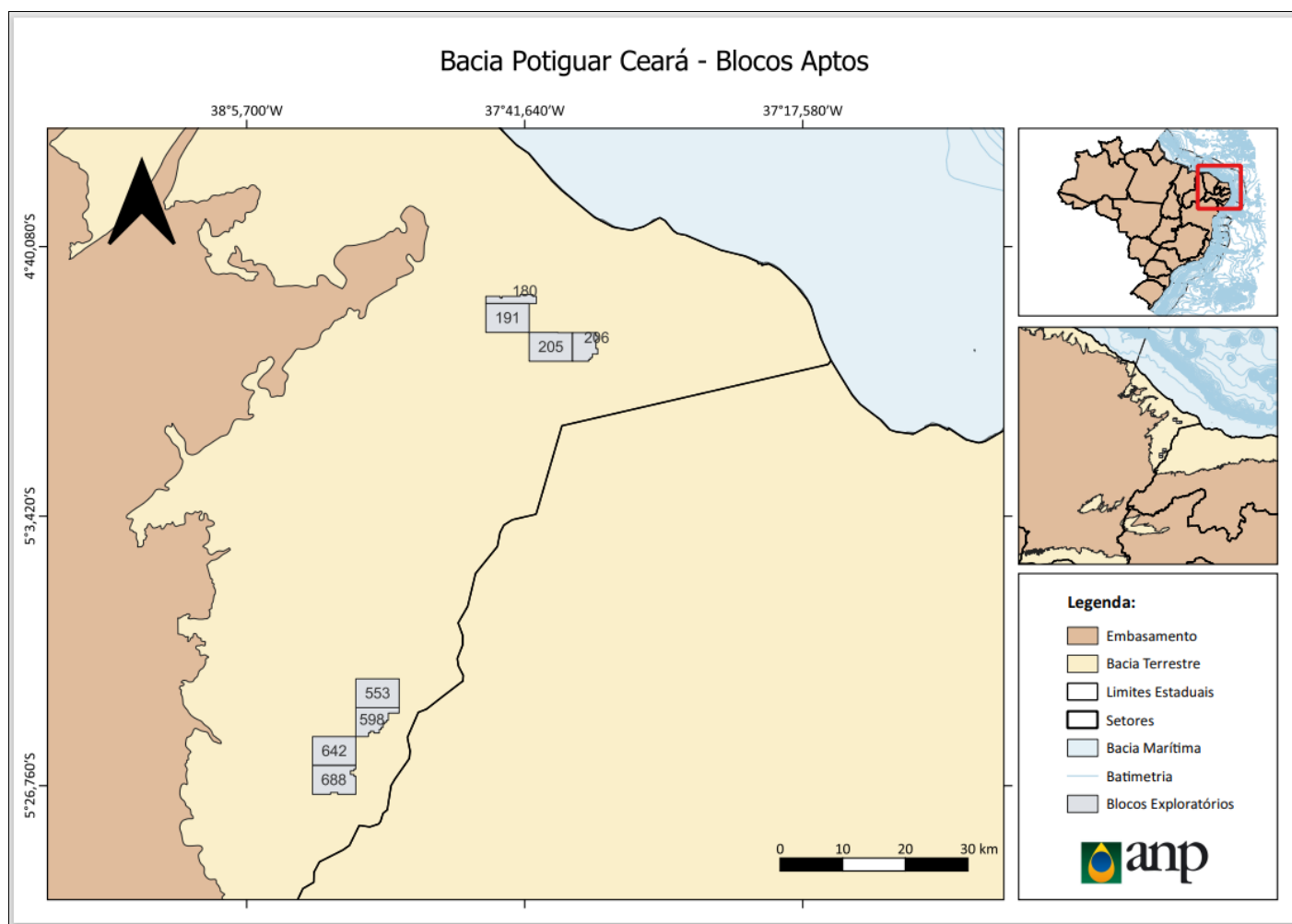


Figura 3 – Blocos aptos a serem ofertados na Bacia Potiguar Terra - Ceará

4.7 - Papel das diretrizes ambientais

46. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas e disponibilizadas na página da ANP na internet com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

47. Conclui-se, a partir das informações relatadas acima, que a documentação apresentada pelos OEMAS, GTPEG e a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2025 [16], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

5 CONCLUSÃO

48. Com base nos pareceres elaborados pelo SEMACE, Órgão Ambiental do Estado do Ceará, e pelo GTPEG, corroborados pela Manifestação Conjunta nº 01/2025 MMA/MME [16], e acrescidos os ajustes complementares efetuados pela ANP, levando em conta a Nota Técnica Conjunta Nº 8/2024/ANP [4], a **ANP está apta para ofertar os 8 (oito) blocos listados na Tabela 3 e Figura 3, na Bacia Potiguar Terra, no Estado do Ceará.**



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA RODRIGUES BRAGA LEMOS CARNEIRO, Agente Público S/CCT**, em 08/12/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA, Agente Público S/CCT**, em 08/12/2025, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5466448** e o código CRC **8B563596**.

Observação: Processo nº 48610.223424/2024-74

SEI nº 5466448